

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR DAS POPULAÇÕES CAMPESINAS DO MUNICÍPIO DE
BOTUPORÃ: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**SCHOOL EDUCATION OF THE COUNTRYSIDE POPULATIONS OF THE
MUNICIPALITY OF BOTUPORÃ: HISTORICAL ASPECTS AND PUBLIC
POLICIES**

**EDUCACIÓN ESCOLAR DE LAS POBLACIONES DEL CAMPO DEL MUNICIPIO
DE BOTUPORÃ: ASPECTOS HISTÓRICOS Y POLÍTICAS PÚBLICAS**

Cleonice Matos Amaral¹

Tatiane Nunes Loiola Vieira²

Kergilêda Ambrósio de Oliveira Mateus³

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a história do atendimento escolar dos sujeitos camponeses de Botuporã e as políticas públicas direcionadas à sua escolarização. Tem como questão basilar: que história marca o atendimento de escolarização das comunidades camponesas no município de Botuporã e como estão sendo atendidas as demandas educativas dessas populações por meio das políticas públicas implantadas pelos sistemas de ensino? Para produção de dados realizamos uma pesquisa de campo com fundamento na abordagem qualitativa e utilizamos a entrevista semiestruturada para ouvir os doze (12) participantes, sendo três (03) professoras de escolas no campo e nove (09) estudantes que residem ou residiam no meio rural do referido município. Respaldo nos estudos de Fernandes (2011), Calazans, Castro e Silva (1981), Corrêa (1983), Caldart (2011), Santos e Nunes (2020) e Marques (2016), fica evidente que, embora tenha acontecido um avanço numa perspectiva inclusiva, o cenário de invisibilidade que caracteriza toda a história de escolarização das populações camponesas não será modificado sem políticas públicas específicas de atendimento a esses sujeitos, impondo várias exigências a serem assumidas pelos atores locais, em especial, o poder público do município de Botuporã.

¹ Mestranda em Ensino (PPGE) na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Especialista em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar. Atualmente é coordenadora Pedagógica no Colégio Estadual do Campo de Botuporã. E-mail: cleoniceamaral@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4392-0136>.

² Mestranda em Ensino (PPGE) na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Vice-diretora do Colégio Estadual do Campo de Botuporã e integrante do Grupo de Pesquisa GEISER - Inovação, Suporte ao Ensino e Recursos Didáticos. E-mail: 2021m0262@uesb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5297-6118>.

³ Pedagoga pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. É professora adjunta no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem e no Programa de Pós-Graduação em Ensino da UESB. E-mail: kmateus@uesb.edu.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3038-9286>.

Palavras-chave: Educação Escolar. Populações Campesinas. Botuporã. Aspectos Históricos. Políticas Públicas.

Abstract: This study aims to analyze the history of school attendance of rural subjects in Botuporã and the public policies aimed at their schooling. Its basic question is: what history marks the schooling of peasant communities in the municipality of Botuporã and how are the educational demands of these populations being met through public policies implemented by the education systems? For data production we carried out a field research based on the qualitative approach and used the semi-structured interview to listen to the twelve (12) participants, three (03) teachers from schools in the countryside and nine (09) students who reside or resided in the middle rural area of the said municipality. Based on studies by Fernandes (2011), Calazans, Castro e Silva (1981), Corrêa (1983), Caldart (2011), Santos and Nunes (2020) and Marques (2016), it is evident that, although there has been progress in a From an inclusive perspective, the scenario of invisibility that characterizes the entire history of schooling of peasant populations will not be modified without specific public policies to assist these subjects, imposing various demands to be assumed by local actors, in particular, the public power of the municipality of Botuporã.

Keywords: Schooling. Peasant populations. Botuporã. Historical Aspects. Public policy.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo analizar la historia de la asistencia escolar de sujetos rurales en Botuporã y las políticas públicas dirigidas a su escolarización. Su pregunta básica es: ¿qué historia marca la escolarización de las comunidades campesinas del municipio de Botuporã y cómo las demandas educativas de estas poblaciones están siendo atendidas a través de políticas públicas implementadas por los sistemas educativos? Para la producción de datos se realizó una investigación de campo basada en el enfoque cualitativo y se utilizó la entrevista semiestructurada para escuchar a los doce (12) participantes, tres (03) docentes de escuelas del interior y nueve (09) estudiantes que residen o residía en la zona rural media de dicho municipio. Con base en los estudios de Fernandes (2011), Calazans, Castro e Silva (1981), Corrêa (1983), Caldart (2011), Santos y Nunes (2020) y Marques (2016), es evidente que, aunque hubo avances En una perspectiva inclusiva, el escenario de invisibilidad que caracteriza toda la historia de la escolarización de las poblaciones campesinas no se modificará sin políticas públicas específicas para atender a estos sujetos, imponiendo diversas demandas a ser asumidas por los actores locales, en particular, el poder público. del municipio de Botuporã.

Palabras clave: Enseñanza. Poblaciones campesinas. Botuporã. Aspectos Históricos. Políticas públicas.

Introdução

O campo educacional brasileiro vem passando por significativas mudanças ao longo dos anos, sobretudo na expectativa de eliminar o cenário excludente e elitista que a oferta da educação escolar historicamente consolidou. Nesse sentido, nas últimas décadas, ocorreram várias iniciativas no mundo acadêmico, nos movimentos sociais e também nas políticas públicas, direcionadas ao atendimento escolar das populações negligenciadas no processo educacional brasileiro. Dentre os povos que tiveram acesso à educação escolar tardiamente no país, estão os sujeitos campesinos, que mesmo após a institucionalização da Educação do Campo como uma modalidade de ensino a ser garantida, ainda carregam o estigma de pessoas

com educação inferior e pouco valorizadas ao longo de toda a história dos processos de escolarização no Brasil.

Partindo do pressuposto de que a educação escolar ofertada à população do campo precisa ser debatida, compreendida e efetivada não somente como um direito, mas também como um processo que necessita atender às peculiaridades do campesino, o presente estudo traz para discussão o tema: A educação escolar das populações campesinas do município de Botuporã: aspectos históricos e políticas públicas. Ao abordar essa temática, objetivamos de modo geral, analisar os principais aspectos históricos do atendimento de escolarização dos sujeitos campesinos de Botuporã e as políticas públicas direcionadas à educação escolar das pessoas do campo dessa localidade.

Situado no Território de Identidade Bacia do Paramirim, semiárido baiano, esse município possui uma população predominantemente rural, embora verifica-se uma redução progressiva nesse contingente, conforme tabela 01.

Tabela 01: População de Botuporã de 1970 – 2010.

ANO	Total de habitantes	População urbana (total e %)		População rural (total e %)	
1970	17.274	2.259	13.1%	15.015	86.9%
1980	21.032	3.632	17.3%	17.400	82.7%
1991	10.254	1.762	17.2%	8.492	82.8%
2000	11.522	3.251	28.2%	8.271	71.8%
2010	11.162	4.076	36.6%	7.086	63.4%

Fonte: SEI (2010), IBGE (2010). Organização das pesquisadoras.

Emancipado no ano de 1962, quando se desmembrou política e territorialmente do município de Macaúbas, Botuporã apresentou uma brusca redução em seu total de habitantes no intervalo das décadas de 1980 e 1991, em função das perdas territoriais provocadas pela emancipação política de Tanque Novo em 1985 e de Caturama em 1989. Constata-se também que a partir da década de 1970, Botuporã começou a apresentar um crescente aumento da população urbana e uma conseqüente e gradativa queda da população rural. Essa constatação está relacionada ao fenômeno do êxodo rural, que se intensificou ainda mais na última década em virtude da falta de perspectiva de vida no campo, das condições climáticas desfavoráveis para o povo campesino devido as longas estiagens e da ausência de políticas públicas que atendam as especificidades e as reais necessidades da população rural. Além desses aspectos, a busca pelo acesso à educação escolar na sede, historicamente estimulou a migração do homem do campo em direção à área urbana do município. Possivelmente, o resultado do

próximo censo demográfico indicará uma redução ainda maior da população rural de Botuporã.

Para o desenvolvimento do presente artigo, realizamos uma investigação por meio de uma pesquisa de campo fundamentada em uma abordagem qualitativa. E para a realização dessa pesquisa, selecionamos um total de 12 (doze) participantes, como consta na tabela 02, dos quais 03 (três) são professoras que atuaram ou atuam em escolas no campo, e os demais participantes são estudantes camponeses que participaram da pesquisa na condição de pessoas que tiveram, de alguma forma, acesso à educação escolar no município de Botuporã.

Tabela 02: Participantes da pesquisa.

SEGMENTO	TOTAL	PERÍODO DE ATUAÇÃO	DÉCADA EM QUE NASCEU
Professoras de escola no campo	03	1ª – de 1970 a 1997 2ª – de 1994 a 2012 3ª – de 1990 a 2021	-----
Sujeitos camponeses	09	-----	03 – 1940 03 – 1970 03 – 2000
Total de participantes da pesquisa	12	Entre 1970 a 2021	Entre 1940 a 2000

Fonte: Organização das pesquisadoras.

Na seleção dos participantes dessa pesquisa, levamos em consideração os diferentes contextos históricos nos quais eles estão ou estavam inseridos, de modo que favoreça uma reflexão sobre a temática abordada observando os aspectos dos diferentes momentos da história de Botuporã. É possível verificar, na tabela acima, que as 03 (três) professoras de escolas no campo escolhidas atuam ou atuaram nos seguintes períodos: de 1970 a 1997, de 1994 a 2012 e de 1990 a 2021, delimitando assim um recorte temporal de 51 anos na participação das professoras. No que diz respeito aos sujeitos camponeses, selecionamos 03 (três) participantes nascidos em cada uma das três décadas (1940, 1970 e 2000) observadas. Esses 09 (nove) sujeitos possuem níveis de escolaridade diferentes, com oportunidades de acesso à educação escolar também divergentes.

Em observação aos aspectos éticos da pesquisa, os 12 (doze) participantes foram informados acerca da proposta de investigação, todos leram, concordaram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). É mister enfatizar ainda que a identidade dos participantes da pesquisa foi preservada, assim, os nomes que aparecem no texto são fictícios.

Para produção dos dados utilizamos a entrevista semiestruturada em virtude do foco que a mesma possibilita à exploração da temática e da riqueza de informações que ela tende a oferecer para o estudo.

A reflexão proposta tem por base as categorias de análise aspectos históricos e políticas públicas, com fundamento nas falas dos participantes da pesquisa e no arcabouço teórico que sustenta o presente estudo. Respalado, principalmente, nos estudos de Fernandes (2011), Calazans, Castro e Silva (1981), Corrêa (1983), Caldart (2011), Santos e Nunes (2020) e Marques (2016), fica evidente que o processo histórico que marca o atendimento educacional dos sujeitos camponeses do referido município se identifica com a história da educação escolar do Brasil, uma vez que a invisibilidade e o modelo urbanocêntrico predominaram na maior parte do tempo, além da típica escassez de políticas públicas que puderam contribuir na efetivação do atendimento educacional dos camponeses.

Essa realidade é bastante instigante e possui aspectos bem complexos que nos inquietaram a realizar o presente estudo. A temática investigada no lócus de pesquisa em questão se destaca pelo seu ineditismo e por sua relevância no contexto acadêmico e para a sociedade botuporense, que carece de pesquisas e registros relacionados à história da educação escolar do município como um todo.

Esse trabalho se constitui como parte dos estudos da disciplina Educação do Campo e Produção do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn), a nível de Mestrado Acadêmico, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), vinculado à linha de pesquisa Ensino, Políticas e Práticas Educativas. Nessa perspectiva, nossas motivações estão ancoradas no campo da pesquisa científica e dialoga também com nossa atuação profissional em uma escola que atende, predominantemente, estudantes camponeses.

Para desenvolver esse tema organizamos o texto em três seções. A primeira, discorre sobre a introdução que contextualiza a temática em estudo, o objetivo e a metodologia adotada. Na segunda seção, trazemos a discussão sobre os aspectos históricos e as políticas públicas de escolarização dos povos camponeses de Botuporã, dialogando dados empíricos e teóricos. E, por fim, na terceira seção, tratamos de algumas considerações, apresentando as principais evidências resultantes desse estudo.

Espera-se que o resultado dessa investigação viabilize o aumento do debate teórico e da compreensão crítica sobre a temática abordada, de modo que subsidie uma releitura do histórico da oferta da educação escolar aos sujeitos do campo de Botuporã e fomenta ações conscientes, tanto por parte da sociedade civil quanto por parte do poder público local, que

privilegiem os interesses educacionais das pessoas do meio rural. Além disso, existe a expectativa que este artigo possa contribuir e embasar futuras produções acadêmicas com maior abrangência e rigor teórico-metodológico.

Aspectos históricos e as políticas públicas de escolarização dos povos do campo de Botuporã

O processo de atendimento educacional dos sujeitos camponeses no município de Botuporã apresenta suas especificidades, mas se assemelha, em termos históricos e de políticas públicas, à história da educação escolar do país. Refletir sobre esse tema a partir das categorias de análise, políticas públicas e aspectos históricos, nos permite compreender a importância das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 01/2002 e Resolução nº 02/2008, para o avanço nas políticas públicas e as lacunas, ainda presentes, no âmbito dos sistemas de ensino.

Buscamos, de forma breve, analisar a história do atendimento escolar das populações camponesas de Botuporã, identificar as políticas públicas implantadas pelo sistema municipal de ensino para atendimento dessa população e analisar as atuais políticas públicas implantadas no município caracterizando as mesmas quanto ao atendimento das demandas apresentadas pelas comunidades camponesas nos seus processos de escolarização. Inicialmente, trataremos sobre os aspectos históricos e, em seguida, discorreremos sobre a categoria de análise referente às políticas públicas.

O processo de escolarização dos sujeitos camponeses em Botuporã: aspectos históricos

No Brasil, a educação escolar das populações camponesas foi negligenciada e silenciada por longas décadas. O parecer nº. 36 CNE/CEB (2001) destaca que a educação rural foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro somente nas primeiras décadas do século XX, fruto de preocupações das forças políticas e econômicas do país com o intenso movimento migratório e a baixa produtividade no campo. Nesse contexto, a escola rural esteve a serviço do latifúndio, do espaço urbano e do processo de modernização e industrialização, impondo, como norma para os povos do campo, uma identidade hegemônica urbano-industrial. As comunidades camponesas foram vistas como atrasadas e arcaicas, foram

subjugadas e depreciadas em um processo de adaptação e submissão das pessoas aos interesses econômicos e políticos. Sobre isso Fernandes (2011, p. 140) afirma,

Na Constituição de 1934, pela primeira vez, aparece uma referência à educação rural, que se constituía a partir do modelo de dominação da elite latifundiária. As constituições de 1937 e 1946 evidenciam a mudança de poder da elite agrária para as emergentes elites industriais. Desse modo, mantém-se o modelo de educação rural, mas aperfeiçoa-se o sistema de subjugação, implantando-se o ensino agrícola, mas sob o controle do patronato.

Importante destacar, como apresenta Fernandes (2011), que a escola rural, quando chega às comunidades camponesas, atende a interesses contrários aos sujeitos do campo. Em determinado momento histórico, serviu à elite latifundiária e agrária; em outro momento, à elite industrial que surgia no país. Nesse contexto, tínhamos também uma legislação favorável aos detentores do poder político e econômico do país, fortalecendo o processo de subjugação e submissão dos povos camponeses por meio da escolarização. Para Fernandes (2011, p. 139) “A história do campo brasileiro é a história da luta contra o cativo e contra o latifúndio”. Nesse sentido, o processo de escolarização desses sujeitos é também permeado por questões complexas da história do país, que exclui e marginaliza grande parte da população em benefício de uma pequena elite, que tem na escola pública um pilar dessa dominação e subordinação ao modo de produção capitalista. Nessa mesma perspectiva, Calazans, Castro e Silva (1981, p. 163) afirmam,

Assim sendo, o processo educativo levado a efeito neste meio tem uma função “retificadora” na medida em que prepara estas populações para enfrentar de forma mais adequada o processo de subordinação do MPC, ou, o que é mais comum, sua expulsão pura e simples, sendo o êxodo rural, o trabalho volante (os bóias-frias) suas expressões mais simplificadas. Neste processo, a ação educativa exercida não se processa como modificadora da realidade, mas como elemento de consolidação desta realidade. O processo educativo (tradicional) busca mudar a mentalidade daqueles que lhe são submetidos para que melhor se adaptem à situação vigente, sem exercer qualquer modificação neste processo, em função dos problemas e necessidades das populações atingidas.

Conforme destacado pelos autores, o processo educativo a que foi submetido os povos do campo do Brasil tinha como principal objetivo a submissão e subserviência das pessoas à estrutura política e econômica vigente, não possibilitando uma análise crítica das suas condições históricas e materiais. Ao discorrer sobre as contradições da educação rural no Brasil, Calazans, Castro e Silva (1981, p. 162), destacam ainda que as ações educacionais do

Estado para o campo sempre representaram “[...] uma fatia muito pequena e mesmo marginal nas preocupações do setor público [...]”. Fica evidente a inviabilidade e o descaso a que foi submetida, historicamente, a escolarização dos sujeitos do campo do país.

Ao refletir sobre o processo histórico da educação escolar das populações campesinas em Botuporã, podemos identificar as mesmas características apresentadas no cenário nacional, porém, diferenciando em alguns aspectos em virtude das peculiaridades de um município do interior do nordeste brasileiro que não tem a atuação de movimentos sociais campesinos tencionadores das condições de escolarização dos sujeitos do campo.

Um olhar para os aspectos históricos do atendimento educacional dos sujeitos campesinos no município, a partir das falas dos 12 (doze) participantes da pesquisa, evidencia o modo tardio e precário em que a escola pública se instala nas comunidades rurais de Botuporã. As falas dos 03 (três) sujeitos do campo, nascidos na década de 1940, relataram que nenhum deles teve acesso a escola pública no meio rural. Destacamos que uma pessoa, nascida no ano de 1944 e residente em uma comunidade rural localizada próxima à sede do município, teve acesso à escola pública na cidade, cursando até a antiga 4^a série primária, atual 5^o ano do Ensino Fundamental I. Para tanto, se deslocava a pé, em média 10 (dez) quilômetros diariamente, para poder estudar. Depois de certo tempo e, provavelmente, buscando melhores condições de vida, sua família migrou para cidade.

Destacamos que no relato das duas pessoas nascidas em 1946 e 1948 e residentes em comunidades distantes da cidade, foi evidenciado que não tiveram acesso à escola pública, e os poucos meses de aulas que frequentaram, foram custeados pelas famílias, incluindo o pagamento do mestre (professor/a), da alimentação e material didático necessário. Desse modo, nesse período e contexto, as pessoas mais pobres ficaram excluídas do processo educacional, uma vez que era necessário condições financeiras para manter os(as) filhos(as) em escolas particulares.

O depoimento de Francisco, um participante da pesquisa que nasceu no ano de 1946, evidenciou que após a emancipação política de Botuporã, ocorrida no ano de 1962, o prefeito da época entrou em contato com pessoas da comunidade e, no ano de 1965, foi disponibilizado pagamento para um mestre ministrar dois meses de aulas gratuitas para o povo da localidade. No entanto, “Como estudar e deixar minha roça sem preparar para o plantio. A chuva se aproximava e um rapaz de dezenove anos como eu não podia perder tempo estudando, risos. Tinha que cuidar das obrigação” (FRANCISCO, 2021).

As entrevistas realizadas com os 03 (três) participantes da pesquisa nascidos na década de 1970 apresentaram uma realidade um pouco diferente do período analisado anteriormente. Da mesma forma, uma pessoa residente em uma comunidade rural localizada próxima à sede, nascida no ano de 1970, se deslocava diariamente, próximo a 12 (doze) km, para estudar. Nessas condições, dos 07 (sete) aos 15 (quinze) anos de idade, estudou na escola pública da cidade e fazia todo percurso a pé, sem ter acesso ao transporte escolar. Também sua família migrou para cidade, possivelmente, buscando melhores condições de vida.

Duas pessoas ouvidas em nossa pesquisa, nascidas em 1970 e 1971, residentes em comunidades rurais distantes da sede de Botuporã, relataram que tiveram acesso à escola pública na localidade em que residiam até a 4ª série, atual 5º ano do Ensino Fundamental I. Após essa etapa de ensino tinham que ir para cidade estudar no colégio, no entanto, nesse contexto e período, não tiveram acesso ao transporte escolar. Desse modo, uma pessoa encerrou sua formação escolar na etapa ofertada na escola da comunidade e a outra migrou para cidade para dar continuidade aos estudos no Ensino Fundamental II e depois no Ensino Médio.

A descrição feita da escola rural a partir dos sujeitos do campo nascidos na década de 1970, relata seu espaço adaptado em uma residência, suas condições de funcionamento, as práticas pedagógicas, a formação docente, os materiais didáticos disponíveis, retratam a precariedade em que eram ofertadas a educação escolar às populações camponesas e a ausência de políticas públicas educacionais. Tal escola, nos remete ao relato de Viriato Corrêa ao descrever, em seu livro Cazuza (1983), a alegria do seu primeiro dia de aula e a decepção ao conhecer sua escola. Em Corrêa (1983, p. 28) encontramos,

A escola ficava no fim da rua, num casebre de palha com biqueiras de telha, caiado por fora. Dentro – unicamente um grande salão, com casas de marimbondos no teto, o chão batido, sem tijolo. De mobiliário, apenas os bancos e as mesas estreitas dos alunos, a grande mesa do professor e o quadro-negro arrimado ao cavalete. A minha decepção começou logo que entrei. [...] E os meus olhinhos inquietos percorriam os cantos da sala, à procura de qualquer coisa que me consolasse. Nada. As paredes sem caiação, a mobília polida de preto – tudo grave, sombrio e feio, como se a intenção ali fosse entristecer a gente.

Os sentimentos descritos pelo autor podem se assemelhar aos manifestados pelos nossos participantes da pesquisa, em que o desejo e a alegria de ter acesso a esse espaço denominado como escola, era acompanhado e até substituído pela decepção, frustração e até medo, como nos relataram ao falar da presença da palmatória. Como descreve Corrêa (1983,

p. 14) “As escolas antigamente não tinham, às vezes mobiliário que prestasse, material de ensino que servisse, professores que cuidassem das lições, mas, [...] uma palmatória, rija, feita de boa madeira, não havia escola que não tivesse”. Considerando os elementos descritos acima e outros não recordados e mencionados, podemos refletir sobre o sentido da escola para os sujeitos camponeses nesse contexto, a quais interesses ela atendia e os impactos no processo formativo dessas pessoas.

Importante destacar ainda que o depoimento da professora que atuou em escola rural no período de 1970 a 1997, retrata, com riquezas de detalhes, toda situação vivenciada por ela e seus estudantes no espaço escolar.

Eu tinha que acordar bem cedo para cuidar das minhas tarefas de casa, buscar água no tanque, limpar a varanda de casa que era a sala de aula, preparar a merenda e arrumar para esperar os meninos chegar. Eu era chamada de professora leiga e dava aula para todos os anos juntos. Fiz um curso em Salvador e comecei a ensinar. Não era nada fácil tomar conta de todos os alunos e sem o material necessário, pois não tinha quase nada (NILTA, 2021).

Conforme relato, para ingressar na função docente não exigia formação, era denominada como professora leiga e desempenhava todas as funções necessárias para que a escola funcionasse. Cuidava da limpeza do espaço escolar, preparava a merenda, ministrava as aulas para turmas multisseriadas, além de buscar na fonte a água necessária para o consumo dos estudantes e as outras demandas da escola. A ausência de políticas públicas para atender às demandas educacionais dos povos do campo é muito marcante nesse período, refletindo nas precárias condições de trabalho docente e na qualidade das práticas educativas.

Com base nos relatos de 03 (três) sujeitos camponeses nascidos na década de 2000, analisamos os aspectos históricos do atendimento educacional dos povos do campo das duas últimas décadas. Nesse período, nas três comunidades rurais em que residiam nossos participantes da pesquisa, era ofertada apenas a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Desse modo, para cursar as etapas seguintes da formação escolar, dois participantes utilizaram diariamente o transporte escolar e um, nascido no ano de 2000, migrou para cidade para evitar o desgaste diário no deslocamento.

Importante registrar que em apenas uma localidade rural foi ofertada vagas em creche municipal com turmas até a pré-escola. Nas demais comunidades a oferta era em classes multisseriadas, com crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental

em uma mesma sala de aula com uma professora para mediar todo processo educacional. Desse modo, contraria o previsto nas Diretrizes Operacionais Complementares (Resolução nº 02/2008) em seu artigo 3º, § 2º que estabelece “Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.” (BRASIL, 2008). Tal situação fragiliza e compromete o processo formativo das crianças, uma vez que cada etapa de ensino tem suas especificidades, exigindo do docente e da escola em geral condições pedagógicas, recursos didáticos e estruturais apropriados para cada faixa etária atendida.

Os dados analisados nessa pesquisa chamam atenção para o atendimento educacional no povoado de Boa Vista, uma localidade rural do município que apresenta maior densidade populacional. Nessa localidade específica foi ofertada vagas em uma Creche Municipal desde o ano de 1992, transporte escolar a partir do ano de 1995, oferta de vagas para o Ensino Fundamental II no ano de 2020.

Importante destacar ainda que o atendimento na etapa do Ensino Fundamental II, no município de Botuporã, ocorreu somente nesse povoado, de forma muito tardia e teve início no período em que o executivo municipal era exercido por um agricultor residente em uma comunidade rural. Já o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, é ofertado exclusivamente em uma escola estadual localizada geograficamente na sede do município. Em janeiro de 2020 essa unidade de ensino foi designada, do ponto de vista legal, como escola do campo, por atender, majoritariamente, sujeitos camponeses. Em vista dessa realidade, podemos identificar as contradições que marcam as políticas educacionais para o campo em Botuporã.

Essa breve reflexão sobre a história do atendimento educacional às comunidades camponesas do município de Botuporã evidencia que esse atendimento é marcado pelo esquecimento, invisibilidade e desinteresse, por parte do Estado, pela garantia do direito à educação escolar aos sujeitos do campo em seu lugar de moradia. Assim também, fica evidente que a não oferta de escolas públicas no meio rural pode ter influenciado no êxodo rural no município e na baixa escolarização desses povos. Esta realidade, que parece ter sido naturalizada na história da educação dos povos do campo em Botuporã, precisa ser pesquisada, compreendida e questionada a partir dos princípios da Educação do Campo e das resistências empreendidas por comunidades e pessoas comprometidas com esse processo.

As políticas públicas educacionais de atendimento à população campestre de Botuporã: breves reflexões

Para refletir sobre as políticas públicas implantadas pelo sistema municipal de ensino de Botuporã para atendimento das populações campestres buscaremos o que já está instituído nas políticas de Educação do Campo em diálogo com as narrativas dos participantes da nossa pesquisa. Na compreensão de Caldart (2011, p.149), os sujeitos campestres devem ser atendidos por políticas que garantam o direito à educação no e do campo. “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. Sendo compreendida na perspectiva do direito, não como favor ou compensação, a educação escolar dos povos campestres deve fazer parte do debate educacional do país, primando pela garantia plena desse direito a toda a população residente no meio rural, de modo a atender às suas especificidades.

Marco importante na construção de políticas públicas foi a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 1 de 2002 e Resolução CNE/CEB nº 2 de 2008. Essas diretrizes têm a participação dos movimentos sociais do campo e tomam por base a Constituição Federal de 1988 no tocante ao direito à educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 que menciona as adaptações necessárias na oferta da educação rural.

Importante destacar, conforme estabelecido nesses marcos normativos, que a educação é direito social fundamental e dever do Estado. Nessa perspectiva, conforme consta nas Diretrizes Operacionais de 2002 em seu artigo terceiro, o Estado tem a responsabilidade em garantir a universalização do acesso à educação escolar de toda população campestre.

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2002).

Pela análise do que está regulamentado nessas diretrizes e nas narrativas dos 12 (doze) participantes desse estudo, podemos perceber que a realidade vivenciada pelos sujeitos

campesinos de Botuporã se aproxima em alguns aspectos e se distancia em outros. As discussões sobre o atendimento educacional aos povos do campo por meio de políticas públicas evidenciam que a escola no campo tem um tratamento diferenciado da escola na cidade. Ao refletir sobre políticas públicas educacionais para o campo no Brasil, Santos e Nunes (2020, p.175) evidencia que:

[...] há claramente uma priorização da cidade em relação ao campo, uma vez que o atendimento por meio de políticas públicas é bem inferior de acordo com o que foi evidenciado pelos dados do Inep de 2018, mas há que se registrar que houve uma melhoria significativa em relação aos dados do INEP se compararmos em 2010.

As falas dos docentes e dos sujeitos do campo participantes desse estudo apontam nessa mesma direção. A escola da cidade é o modelo a ser seguido e almejado pela escola rural, sua estrutura e condições atendem aos critérios exigidos nas políticas e programas governamentais, pensados e planejados para atender a esse tipo de escola. Por outro lado, temos a escola rural, marcada pela unidocência, classes multisseriadas, número reduzido de estudantes, infraestrutura física inadequada, precárias condições do trabalho docente, enfim, uma escola que não se “encaixa” nos critérios e programas do Estado. Nesse sentido, as escolas do campo requerem do poder público políticas específicas para atender às suas demandas.

As narrativas dos docentes de escolas no campo sobre as condições de trabalho, estrutura física e os principais desafios, sinalizam uma realidade de grandes contradições entre o direito à educação e sua concretização. No entanto, parece que obtivemos em Botuporã alguns avanços nas últimas décadas. Conforme relato da professora Maria que atuou no período de 1990 aos dias atuais,

Nos anos de 1990 a estrutura física da escola era razoável, e o grande desafio sempre foi o atendimento aos alunos de várias séries numa mesma turma; as turmas multisseriadas mantêm até os dias atuais. Não havia cantina escolar, a merenda era feita pela merendeira em sua própria residência e os alunos iam buscar a merenda percorrendo em alguns casos 3km até a casa da merendeira. Atualmente as escolas têm cantina e a merenda é feita e distribuída no próprio estabelecimento de ensino (MARIA, 2021).

A fala da professora chama atenção para o “grande desafio sempre foi o atendimento aos alunos de várias séries numa mesma turma”, realidade que se mantém até os dias atuais no município. Importante destacar que todas as docentes ouvidas em nossa pesquisa relataram a dificuldade em atuar em classes multisseriadas. De fato, a ausência de formação docente

específica para a atuação nessas turmas, a carência de material didático pedagógico para atender às especificidades dessas classes e também a falta de suporte pedagógico ao professor, são situações que levam os municípios e as escolas a definirem as classes multisseriadas como as maiores responsáveis pelo baixo desempenho dos estudantes nas avaliações externas. É uma discussão complexa, porém exige estudos, pesquisas e uma compreensão aprofundada por parte dos atores envolvidos no processo educacional dos sujeitos camponeses, para que esse rótulo de “classes problemas” possa ser retirado por meio de políticas e ações efetivas de apoio ao trabalho docente.

Ao refletir sobre a forma de ingresso na função docente e a formação exigida, com base nas falas das 03 (três) professoras, podemos identificar uma ausência de políticas públicas de formação específica para atuação em escolas no campo. A professora Nilta que atuou no período de 1970 a 1997 relatou que ingressou por meio de contrato de trabalho e não tinha exigência de formação mínima. As professoras Valdelice que atuou no período de 1994 a 2012 e Maria que atuou de 1990 aos dias atuais relataram que a forma de ingresso foi por meio de concurso público e a formação exigida foi do magistério no nível médio. Também realizaram formação em Pedagogia nos anos de 1996 a 1999 por meio da Rede UNEB 2000, uma parceria do município com a universidade. Apesar do esforço em assegurar o ingresso por meio de concurso público e a formação inicial em uma universidade pública, não identificamos uma atenção específica a políticas públicas de formação docente para atuar em escolas no campo.

Ao tratar do aspecto da formação docente foi relatado pela professora Maria que “Nos primeiros anos de trabalho não recebi incentivo profissional. Anos depois participei de algumas formações como o Projeto Nordeste (1993-1994), direcionado ao atendimento educacional da população camponesa” (MARIA, 2021). Esse depoimento chama atenção para a presença dos interesses do capital por meio dos discursos de qualidade educacional empreendidos pelo Banco Mundial e do Governo Brasileiro por meio do Projeto Nordeste e do Fundescola, ambos financiados pelo Bird. Nesse sentido, podemos destacar que a escola rural é também marcada pelos grandes interesses econômicos que têm nas reformas educacionais e na formação de professores o meio eficaz para adentrar nas salas de aulas e no currículo das escolas. Sobre esse aspecto, destacamos a importância de uma formação docente sólida para compreender essa estrutura complexa a serviço do capital e atuar na escola de forma a construir um espaço de resistência por meio de uma formação crítica e emancipatória, firmada nos princípios da Educação do Campo.

Ao tratar da política de formação docente para atuar em escolas do campo, Marques (2016, p. 126) argumenta que é indispensável “Afinal, não dá para aproximar dos princípios de uma escola do campo se os docentes e profissionais da educação que fazem esta educação acontecer não a compreendem”. Assim também, uma formação docente sólida se constitui como ação estratégica para efetivação da política nacional de educação do campo, como estabelecem as Diretrizes Complementares de 2008 em seu artigo 7º,

§ 2º A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades (BRASIL, 2008).

Como enfatizado pelas diretrizes, a formação docente é indispensável também na implementação da proposta pedagógica das escolas do campo que deverão contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos, sejam culturais, políticos, de gênero, etnia. Nessa mesma perspectiva, podemos salientar a importância do apoio pedagógico aos estudantes do campo, favorecendo também às condições do trabalho docente. No art. 7º das Diretrizes complementares, encontramos:

A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (BRASIL, 2008).

Ao confrontar o estabelecido na legislação com as narrativas dos nossos participantes da pesquisa, identificamos, em vários aspectos, um distanciamento entre o dito nas normas e a sua concretização. Destacamos, de modo muito evidente, o não atendimento às diversidades dos povos do campo por meio de material didático e condições estruturais. As políticas e programas desenvolvidos no âmbito do município, a exemplo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Mais Educação, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Escola Ativa, entre outros, parece não contemplar a diversidade campesina. Carece, portanto, de maior atenção por parte dos atores locais no sentido de criar ações e programas que deem conta de atender aos sujeitos do campo em suas demandas específicas.

O transporte escolar público para que os estudantes do campo tenham acesso às unidades de ensino, sejam elas nas próprias comunidades rurais ou na sede dos municípios, é fundamental na efetivação do direito à educação. Por meio dele é possível a frequência diária e permanência do estudante na escola, com impactos positivos no processo ensino-aprendizagem e no combate à evasão, repetência e distorção idade-série. Os dados da pesquisa evidenciaram que em Botuporã esse acesso ao transporte escolar só teve início no ano de 1995 em algumas comunidades, priorizando as mais populosas. Desse modo, somente os sujeitos da pesquisa nascidos em 2000 tiveram acesso ao transporte escolar para estudar na escola da cidade para cursar o ensino fundamental II e o ensino médio.

Essa breve reflexão sobre as políticas públicas de atendimento educacional às populações camponesas no município de Botuporã evidenciou as contradições existentes entre o dito na legislação da educação do campo no país e sua efetivação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino. Apesar dos avanços das últimas décadas no tocante a oferta de transporte escolar, realização de concurso público para ingresso na carreira do magistério, formação inicial em Pedagogia, melhorias na estrutura física das escolas, ainda temos desafios que carecem de respostas urgentes. Temos as turmas multisseriadas que funcionam sem condições apropriadas no tocante a formação docente, material didático, proposta pedagógica e planejamento de ensino. Da mesma forma, temos o fechamento de escolas no campo sem considerar as diretrizes estabelecidas na legislação vigente no país. Frente ao exposto, é necessário e urgente criar espaços no âmbito do Conselho Municipal de Educação, Fóruns municipais e outros colegiados para debater as políticas públicas de atendimento educacional à população camponesa de Botuporã no sentido de efetivação do que já está estabelecido na lei.

Algumas Considerações

O resultado da pesquisa de campo que culminou na elaboração deste artigo, possibilitou realizar uma discussão articulada com o principal arcabouço legal e teórico existente acerca da temática em foco. Os aspectos históricos e as políticas públicas destinadas à garantia da educação escolar à população do meio rural de Botuporã sustentam-se em estudos convergentes, que comprovam que a realidade local se assemelha com a do país. É relevante destacar que esta temática é bastante complexa e sua discussão não se encerra nesse trabalho. A negligência histórica, as lacunas e a ineficiência das ações educativas na

escolarização dos sujeitos do campo, a nível de nação e também no referido município, merecem uma abordagem ainda mais detalhada, tendo em vista que a mesma é fundamental na compreensão crítica do atual panorama do atendimento educacional da população campestre no Brasil e em Botuporã.

Diferente do Brasil que apresenta mais de 80% de sua população residindo em áreas urbanas, no pequeno município de Botuporã, embora com gradativa redução, ainda predomina a população rural na totalidade de seus habitantes. Essa realidade, por si só, exige uma atenção especial do poder público, visto que o atendimento básico, não somente educacional, ofertado a essa população indicaria o próprio desenvolvimento do município. No entanto, o que se nota e o que se comprova através dessa pesquisa empírica e de outros estudos é que ao longo da história local e nacional, a vida urbana sempre foi considerada a civilizada e tida como sinônimo de progresso, enquanto a zona rural considerada atrasada e que representa aquilo que é ultrapassado. Um agravante dessa situação é o negligenciamento do atendimento educacional dos sujeitos do campo, uma vez que historicamente não foram oferecidas as condições necessárias para que as populações campestres tivessem acesso a um ensino de qualidade no seu local de vivência, com um currículo que oportunizasse a valorização de sua cultura, da sua forma de vida e o respeito à sua identidade e suas peculiaridades.

Esse cenário corrobora com o agravamento das desigualdades educacionais e socioeconômicas entre as pessoas do meio rural e do meio urbano. A constatada ausência de políticas públicas direcionadas ao atendimento educacional dos sujeitos do campo de Botuporã e do país, contribui diretamente para que o nível de escolaridade e as condições de vida desse povo permaneçam inferiores em relação à população que vive nas áreas urbanizadas. As dificuldades do campestre no acesso à educação escolar desestimulam a sua permanência na escola e provocam a evasão escolar. No caso específico do município de Botuporã, o fechamento de escolas localizadas na zona rural em detrimento da nucleação, também influencia no abandono escolar. A transferência dos estudantes do campo para uma escola distante da sua comunidade, pode inclusive gerar prejuízos ao sustento da família, pois desde cedo os jovens campestres auxiliam seus pais na agricultura de subsistência. Além disso, há os riscos do deslocamento diário, geralmente feito em ônibus com ocupações acima do limite, deteriorados pelo tempo de uso, que circulam em estradas muitas vezes intratáveis.

Reitera-se que, os autores utilizados na fundamentação teórica deste artigo e as falas de cada participante convergem para o entendimento de que a escolarização das populações

campesinas é historicamente desvalorizada e esquecida, sobretudo no que concerne às ações voltadas para a prática pedagógica, adaptação curricular, estrutura física e recursos didáticos adequados, organização das turmas e a formação dos docentes que atendem especificamente esses sujeitos. Contrariando ao que prevê os dispositivos legais acerca da oferta da educação escolar das pessoas que residem no meio rural, o atendimento escolar do campesino em Botuporã ocupa um lugar secundário e distante das ações prioritárias do município.

Destarte, fica evidente a dimensão do desafio da rede municipal de ensino de Botuporã, no sentido de, a princípio, fortalecer os órgãos colegiados e criar canais de escuta e diálogo com os estudantes e famílias do campo, bem como intensificar as discussões sobre políticas públicas voltadas para a prática pedagógica e a formação continuada dos professores que atendem a população campesina, seja em escolas localizadas no meio rural, seja nas da zona urbana que tenham como público os povos do campo. Além disso, é imprescindível que o poder público local mobilize esforços e priorize ações direcionadas para a oferta do Ensino Fundamental II em mais comunidades rurais com maior concentração populacional, e que acima de tudo, a adaptação curricular e a organização escolar própria, previstas em lei, sejam garantidas efetivamente.

É certo que o cenário de invisibilidade que caracteriza toda a história de escolarização das populações campesinas não será anulado ou modificado facilmente. Entretanto, qualquer avanço numa perspectiva inclusiva, seja por meio do debate, da pesquisa e da produção acadêmica em torno desse tema, e também por meio da responsabilização do poder público em relação ao atendimento educacional adequado dos sujeitos do campo, já contribui para a conquista gradual de espaços historicamente negados a esse povo, tanto numa escala nacional como no município de Botuporã. A expectativa é continuar avançando e conquistando novos espaços nos sistemas de ensino e na sociedade, nesse sentido, discutir educação dos sujeitos do campo é também refletir em que projeto de sociedade essa educação está contribuindo, afinal, as discussões aqui empreendidas sinalizam que a escola não é neutra, mas está a serviço de interesses que moldam uma sociedade capitalista.

Referências

BAHIA. **SEI: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Salvador, BA, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. **Lei nº 9.394 de 1996**. DF, 1996.

BRASIL, Parecer CNE/CEB n.36, de dezembro de 2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de mar. de 2002. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6803-pceb036-01&Itemid=30192. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 28 de abril de 2002.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Operacionais Complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB Nº 02, de 28 de abril de 2008.

CALAZANS, Maria Julieta C.; CASTRO, Luís Felipe Meira de; SILVA, Helio R. S. Políticas educacionais: questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Díaz (org.). **Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas**. RJ: Paz e Terra, 1981.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CORRÊA, Viriato, **Cazuza**. 31. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

FERNANDES, Bernardo M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARQUES, Tatyane Gomes. Educação do/no campo no contexto do município de Guanambi: uma análise a partir das políticas públicas. In: SÁ, Maria Milta Domingues de; FERNANDES, Marinalva Fernandes; MARQUES, Tatyane Gomes (org.). **Diálogos sobre políticas educacionais**. Goiânia: Kelps, 2016.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2020.

Recebido em: 31 de outubro de 2022.

Aceito em: 20 de dezembro de 2022.